



# SEGURANÇA PÚBLICA

## Boletim Informativo

# Índice

05	<b>Entrevista - Organizações Criminosas E Segurança Pública: Reflexões À Luz Da Jurisprudência Do Stj E Da Teoria Dos Vocabulários De Motivos. Com Dr. Jair Antonio Silva de Lima Promotor de Justiça do MP/BA</b>
10	<b>Comitê de segurança pública de Ipiaú inicia atividades e faz primeira reunião</b>
11	<b>Projeto do Comitê Interinstitucional de Segurança Pública é apresentado na Câmara Municipal de Cachoeira</b>
12	<b>Superlotação carcerária na América Latina é tema de webinar promovido pelo MP</b>
14	<b>MP e PM discutem estratégias para coibir guerra de espadas em Cruz das Almas durante o período junino</b>
15	<b>Comitê interinstitucional contra violência letal a crianças e adolescentes retoma as atividades</b>
16	<b>Computadores, celulares e documentos são apreendidos pela Operação Panaceia</b>
17	<b>Proposta do Cisp Regional é apresentada em encontro regional sobre segurança pública</b>
18	<b>Projeto desenvolvido no Conjunto Penal de Itabuna visa reintegração social de presos - <i>Lançado em 2020, o ‘MP Educa Relere’ possibilita redução da pena por meio de atividades educativas</i></b> <b>“Operação Dublê” cumpre mandados de prisão e buscas na Bahia e em São Paulo, além de afastar das funções uma delegada de Polícia Civil</b>
19	<b>“Operação Dublê” cumpre mandados de prisão e buscas na Bahia e em São Paulo, além de afastar das funções uma delegada de Polícia Civil</b>
20	<b>Geosp apresenta planejamento de trabalho à PGJ</b>
21	<b>Violência doméstica: cerca de 60% das mortes de mulheres acontecem dentro de casa - <i>Em palestra organizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público, advogada apresenta dados sobre violência doméstica e analisa legislação brasileira</i></b>

# Índice

22	<b>Sancionada lei que determina a aplicação de formulário desenvolvido pelo CNMP para prevenir e enfrentar a violência doméstica contra a mulher - <i>Preenchimento do formulário consiste em responder a perguntas que permitem a classificação da gravidade de risco e a avaliação das condições físicas e emocionais da mulher.</i></b>
24	<b>Covid-19: vacinação em unidades de privação de liberdade é registrada em nove estados</b>
24	<b>Comitês estaduais reforçam combate à Covid-19 em unidades de privação de liberdade</b>
25	<b>Tribunal do Júri inova para seguir julgando crimes dolosos contra a vida em meio à pandemia</b>
25	<b>Ministro Fux defende audiência de custódia por videoconferência em debate internacional</b>
25	<b>Rede de Altos Estudos aprofunda e qualifica audiências de custódia, diz Fux</b>
26	<b>Regulamentada a remição de pena por estudo e leitura na prisão</b>
27	<b>Você sabia que o Depen divulga os dados estatísticos do sistema penitenciário brasileiro?</b>
28	<b>Depen participa de Operação Tempestade que combate a lavagem de dinheiro do tráfico de drogas</b>
29	<b>Ministro Anderson Torres participa da última entrega de viaturas adquiridas pelo Depen para as Unidades Federativas</b>
30	<b>SSP lança serviço que permitirá devolução de celulares apreendidos</b>
31	<b>SSP elabora termo de referência sobre câmeras corporais</b>
32	<b>Expediente</b>

# ENTREVISTA

---







**Dr. Jair Antonio Silva de Lima**  
Promotor de Justiça do MP/BA

## ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS E SEGURANÇA PÚBLICA: REFLEXÕES À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ E DA TEORIA DOS VOCABULÁRIOS DE MOTIVOS.

Conheça a dissertação de Dr. Jair em: <https://cispreional.mpba.mp.br/wp-content/uploads/2021/07/Dissertacao-Organizacoes-Criminosas-e-Seguranca-Publica-Dr.-Jair-Antonio-Silva-de-Lima..pdf>

Acompanhe o artigo de Dr. Jair em: <https://cispreional.mpba.mp.br/wp-content/uploads/2021/07/Organizacoes-criminosas-e-seguranca-publica-reflexoes-a-luz-da-jurisprudencia-do-STJ-e-da-teoria-dos-vocabularios-de-motivos-Dr.-Jair-Antonio-Silva-de-Lima..pdf>  
<https://cispreional.mpba.mp.br/wp-content/uploads/2021/07/Dissertacao-Organizacoes-Criminosas-e-Seguranca-Publica-Dr.-Jair-Antonio-Silva-de-Lima..pdf>

**1. Qual motivo o levou a pesquisar sobre as organizações criminosas no país?**

O interesse inicial na pesquisa era compreender a relação de atuação das organizações criminosas e o cenário da violência urbana no Brasil, que muitas vezes é resultante da atividade da criminalidade difusa. Se, por um lado, a expansão da microcriminalidade atinge toda a sociedade, trazendo maior sensação de insegurança, por outro, a macrocriminalidade cresce assustadoramente, infiltrando-se nas estruturas do Estado e corrompendo os pilares da democracia. Assim, os discursos produzidos em torno do fenômeno criminalidade, tendem ou a negar a existência das orcrim's ou a atribuir a elas a responsabilidade por todo e qualquer crime. Dentro deste ambiente discursivo está o Ministério Público e o Poder Judiciário que, muitas vezes, atuam com base no senso comum ou de forma distanciada da realidade social, buscando aplicar os instrumentos desenvolvidos para enfrentar a criminalidade de rua aos casos que envolvem as orcrim's. Por essa razão, a pesquisa teve por objeto empírico as decisões do STJ, entendidas como instrumento de dominação que possui a capacidade de influenciar o compartimento institucional e social.

## 2. Quais as espécies de organizações criminosas existentes no Brasil?

Há grande divergência em torno do tema organizações criminosas. A própria existência destes grupos ainda é negada por alguns setores da academia e do Estado. Por exemplo, neste mês, em entrevista, representante da cúpula da polícia em Feira de Santana afirmou que não existe crime organizado naquele município, um dos mais violentos do país, com muros pichados com siglas BDM e CV em todas as partes. É nesse ambiente discursivo que se torna mais complexo o estudo do fenômeno. O Brasil só estabeleceu uma definição legal de organizações criminosas em 2012, alterando-o em 2013, o que mostra o atraso no reconhecimento da dimensão do problema. Nesse mesmo sentido é a discussão em torno das espécies de orcrim existentes no Brasil. Tem prevalecido o entendimento de que as organizações criminosas se dividem em quatro tipos distintos: tradicionais ou clássicas, empresariais, endógenas e em rede.

As organizações criminosas tradicionais ou clássicas, também chamadas de tipo mafiosa, possuem um modelo de ingresso que tem por base o apadrinhamento, uma vez que os membros mais novos são indicados por outro integrante mais antigo no grupo. Em nosso país, o principal exemplo é o Comando Vermelho. Essas orcrim's possuem como características mais comuns a estrutura hierárquico-piramidal, divisão direcionada de tarefas, membros restritos, envolvimento de agentes públicos, orientação para obtenção de dinheiro e poder e domínio territorial.

O segundo tipo é o modelo empresarial. Esta orcrim é formada no âmbito de empresas licitamente constituídas, onde os empresários utilizam-se da estrutura que dispõem para a prática de delitos. Para além das atividades lícitas que seriam o objeto primário da pessoa jurídica, estas organizações são utilizadas para a prática de crimes tributários, ambientais, fraudes em licitações, dentre outros.

A espécie de organização criminosa denominada endógena seria aquela que age dentro da estrutura do próprio Estado, formada essencialmente por agentes públicos de todos os escalões. Sua constituição pode ocorrer a partir da infiltração de pessoas na administração pública ou cooptação de servidores públicos. É possível ainda que seja formada por iniciativa dos ocupantes de cargos, empregos ou funções públicas que montam esquema criminoso no interior da administração pública a fim de desviar verbas, fraudar licitações ou dar suporte e facilitar a impunidade de atos delituosos praticados.

Na Ação Penal 470, chamada de "Mensalão", ficou evidenciada a atuação de uma organização endógena, formada por agentes públicos do alto escalão dos poderes, que tinha a finalidade de praticar crimes contra administração pública. Além do caso Mensalão, temos o caso Sanguessuga, Satiagraha, dos Correios e Castelo de Areia.

O quarto modelo é a organização criminosa em rede, constituída, sobretudo, pelas facilidades decorrentes da globalização econômica. Este modelo é formado por especialistas sem vínculos entre si e sem critérios rígidos de formação hierárquica. Em verdade, trata-se de uma fragmentação do crime organizado nacional e transnacional em "redes difusas", com alianças voláteis, formadas ao redor de liderança determinada pelas características individuais, habilidades especiais e capacidade de agregação.

A estrutura em rede é resultado de mudança de paradigma hierárquico rígido no interior das orcrim's. Apesar da hierarquia ainda constituir elemento caracterizador do fenômeno, alguns grupos passaram a adotar o sistema estrutural de redes para dificultar a identificação dos seus líderes, impossibilitando a persecução penal estatal e, com efeito, garantindo a impunidade. Com a globalização, as organizações criminosas transnacionais cada vez mais se manifestam como redes difusas de atuação econômica, afastando-se do modelo hierárquico rígido. Apesar das divergências, o PCC tem sido apontado como exemplo claro de ocrim em rede, pois, além de funcionar em um sistema de células, possui grande capacidade de adaptação e reestruturação, o que lhe possibilita a expansão que tem alcançado em todo o Brasil

### **3. Qual foi a conclusão obtida a partir da análise das decisões do STJ envolvendo integrantes de organização criminosa?**

---

Em resumo, o escopo era verificar em que medida essa atomização generalizada do risco influencia o comportamento do Tribunal, que não pode desconsiderar a realidade social ao proferir suas decisões. Por isso que utilizei tanto a sociologia do risco quanto a teoria do direito como integridade em meu referencial teórico, trazendo uma abordagem crítica às bases do direito penal da ilustração e eventual desajuste para responder à nova criminalidade, contrapondo-o ao que tem sido chamado de direito penal moderno, apontado como uma possível adequação da dogmática penal à necessidade de proteção de bens jurídicos transindividuais.

Apesar de identificarmos discursos de resistência à expansão do direito penal para abarcar as condutas que violam os direitos fundamentais na sociedade de risco, defendemos, com base na teoria do direito como integridade, que há espaço para a proteção eficiente da sociedade ao se conceber o direito como um sistema coerente de princípios.

O ordenamento jurídico, que deve ser formatado para servir à sociedade, não pode manter-se alheio ao contexto real de criminalidade atomizada pela globalização econômica, necessitando adequar-se, sempre na busca de conciliação entre o compromisso de garantia da liberdade, sem prejuízo da segurança do indivíduo e de toda a coletividade.

Por isso, entendo que os vocabulários de motivos utilizados no discurso do Poder Judiciário possuem carga simbólica e seus efeitos perpassam o âmbito do sistema de justiça, disseminando a interpretação de determinada ação situada ou de um fato social para produzir efeitos em toda a sociedade.

Desse modo, analisando o material empírico, identifiquei que o STJ mantém, em muitos julgados, uma posição “tradicional” de interpretação dos casos concretos e do sistema normativo, exigindo a presença de risco concretamente demonstrado para a manutenção de uma prisão cautelar. Verificamos ainda que o tipo de crime praticado pelo grupo criminoso é uma variável que tem grande relevância no destino do julgamento. Quando se trata de crimes violentos ou de tráfico de drogas, por exemplo, a tendência do Tribunal é negar a ordem de habeas corpus, ao passo que adota postura menos severa quando o assunto é crime contra a administração pública, corrupção, fraudes em licitações. Apesar da espécie de crime praticado pelo réu ser elemento relevante para a análise na visão do STJ, os julgados sempre destacam o fato de o delito ter sido praticado no contexto de uma organização criminosa, apontando o risco de reiteração.

Por outro lado, foi possível verificar que o STJ tem compreendido que os crimes praticados por organizações criminosas possuem maior desvalor e, sob essa premissa, feito uma leitura do elemento risco a partir do contexto social contemporâneo. Desse modo, o discurso que é evidenciado nos vocabulários de motivos deste Tribunal permite concluir que o risco de reiteração delitiva decorre da natureza da organização criminosa e que a necessidade de interrupção de suas atividades enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública.

---

#### 4. Considerações Finais

---

O que notei de mais preocupante nesta pesquisa é que o STJ reafirma, em todos os sentidos, a seletividade do dispositivo punitivo. Apesar de uma tímida tendência de mudança, a postura do Tribunal, quando se trata de crime do colarinho branco, é muito mais benevolente que a adotada quando o caso envolve crime contra o patrimônio ou tráfico de drogas, por exemplo. O sistema punitivo é desenhado para atingir preferencialmente o criminoso pobre, ainda que o agente público responsável pela persecução penal não tenha consciência deste fato. Se o Ministério Público não refletir o seu papel no sistema de justiça criminal, que, muito mais que a titularidade da ação penal, incumbe-lhe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais, lhe restará a tarefa de homologador de injustiças. Considero um avanço importante a expansão dos limites da justiça penal negocial, sobretudo com a possibilidade de celebração de acordo de não persecução penal. Mas, associado a essa conquista, entendo ser necessário que o Ministério Público tenha proatividade em buscar investimento em capacitação e tecnologia adequada para que policiais e promotores de justiça possam investigar as organizações criminosas, que exige ferramentas específicas.



# Notícias do MP

---

MP/BA e CNMP



# Comitê de segurança pública de Ipiaú inicia atividades e faz primeira reunião



Mais um Comitê Institucional em Segurança Pública Regional (Cisp) entrou em funcionamento no interior do estado. No dia 13 de maio, foi realizada a primeira reunião do Cisp do município de Ipiaú. Projeto do Ministério Público estadual, os comitês regionais visam fomentar o debate e a implantação de medidas interinstitucionais em segurança pública e defesa social nos municípios baianos.

Dentre as atribuições do Cisp estão a sistematização e armazenamento de informações no âmbito regional, especialmente no que se refere ao controle externo da atividade policial e às estatísticas criminais. Também deverão ser firmadas parcerias com instituições públicas, privadas e da sociedade civil para estimular e participar do intercâmbio de ideias, a troca de experiências e informações por meio de campanhas educativas, realização e participação em seminários, encontros, audiências públicas e debates sobre violência.

A primeira reunião foi conduzida pelas promotoras de Justiça Rafaella Silva, Letícia Coutinho e o promotor Áviner Rocha. Autoridades municipais participaram do encontro, entre eles o presidente do Conselho de Segurança Pública (Conseg), membro da OAB local, comandante da 55ª Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM), delegado de Polícia Civil, procuradora-geral do Município e o presidente da Câmara Municipal de Vereadores. A próxima reunião do Cisp Ipiaú foi agendada para o próximo dia 17 de junho, quando deverão ser discutidas as parcerias para a realização de exames de corpo de delito de flagrantes e vítimas de violência doméstica e a implantação da sala de atendimento especializado à vítima de violência doméstica nas delegacias.

[Notícia adaptada extraída do Portal Institucional – MP/BA.](#)  
[Clique aqui para acessá-la.](#)

# Projeto do Comitê Interinstitucional de Segurança Pública é apresentado na Câmara Municipal de Cachoeira



Em reunião, na quinta-feira, 27 de maio, foi apresentado pelo Ministério Público Estadual o projeto do Comitê Interinstitucional de Segurança Pública (CISP) no auditório da Câmara Municipal de Cachoeira. O Comitê, que já iniciou as atividades no município, busca reunir entes e instituições públicas e privadas para desenvolver projetos, soluções e políticas em conjunto, com o propósito de alcançar resultados palpáveis na prevenção e repressão à criminalidade local.

Apresentado pelo promotor de Justiça Rodrigo Rubiale, o projeto visa a estimular a participação coletiva da sociedade civil de Cachoeira nas questões e debates que envolvem segurança pública e defesa social. O encontro contou com a ampla participação de representantes da Câmara de Vereadores de Cachoeira, do Conselho Comunitário de Segurança, Guarda Municipal, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e da sociedade civil.

[Notícia adaptada extraída do Portal Institucional – MP/BA.](#)  
[Clique aqui para acessá-la.](#)

# Superlotação carcerária na América Latina é tema de webinar promovido pelo MP



A superlotação carcerária na América Latina foi tema de webinar realizado na sexta-feira, 11 de junho, com a participação do procurador do Estado do Ceará, César Oliveira de Barros Leal. O evento, promovido pelo Ministério Público estadual, foi aberto pelos promotores de Justiça Luís Alberto Vasconcelos, coordenador do Centro de Apoio Operacional da Segurança Pública (Ceosp) e Edmundo Reis, coordenador da Unidade de Monitoramento da Execução da Pena e Medidas Alternativas (Umep). Na ocasião foram debatidos os principais fatores da superlotação carcerária na América Latina e apresentadas reflexões a partir do XIV Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção Criminal e Justiça Penal – Kioto/Japão.

“A visão que se tem ao visitar grande parte das prisões da América Latina é formada de espaços superlotados e isso nos mostra uma realidade extremamente crua. Há muito tempo a prisão deixou de ser vista como um espaço isolado e, em decorrência da ação contínua das facções nesses espaços abarrotados, eles foram transformados em quartéis do crime”, destacou o procurador do Estado do Ceará, César Oliveira Barros Leal, que é especialista em Prevenção Criminal pelo United Nations and Far East Institute for the Prevention of Crime and the Treatment of Offenders (Unafei). O procurador chamou a atenção para o fato de que, apesar da percepção da superlotação do encarceramento ser universal, o problema em países como Estados Unidos e Japão não é similar com a realidade no Brasil. “Os fatores são outros e as medidas de enfrentamento também são outras, embora possa haver pontos convergentes”, destacou.

Para ele, um dos fatores para a superlotação carcerária na América Latina é o uso excessivo da prisão sem sentença condenatória. “Há países em que 90% da população carcerária são de pessoas com prisão preventiva. Em sua maioria, são negros e pobres que permanecem, às vezes, anos sem qualquer processo. A prisão preventiva é utilizada de modo generalizado e excessivo”, ressaltou. Outro fator citado pelo procurador como causa da superlotação nas prisões é o aumento da criminalidade na América Latina, região que concentra 37% dos homicídios cometidos no mundo e possui apenas 8% da população mundial. Para se ter ideia da dimensão do problema, entre as 50 cidades mais perigosas do mundo em 2018, 15 estavam no México, 14 no Brasil e seis na Venezuela, levando-se em consideração a taxa de homicídios.







O promotor de Justiça Luís Alberto Vasconcelos ratificou que o problema da superlotação tem um conceito muito diferente no Brasil. “Constatamos a ineficiência do sistema prisional brasileiro que vem causando um sofrimento que não condiz com a finalidade da pena. Esperamos chegar a um modelo mais justo e mais próximo aos protocolos internacionais”, afirmou.

## Desigualdade social

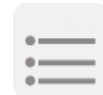
César Oliveira de Barros ressaltou ainda a questão da desigualdade social na América Latina – uma das regiões mais desiguais do mundo. “Constatamos que a maioria dos presos tem entre 18 e 24 anos e cerca de 63% são negros. As prisões em geral são depósitos fétidos de mortos vivos, zonas de esquecimento marcadas pela convivência forçada, onde se reproduzem as desigualdades sociais”. Ele complementou que, por outro lado, a superlotação carcerária dificulta o controle das atividades intramuros e restringe as possibilidades de se oferecer trabalho, educação e atividades desportivas, favorecendo motins e fugas entre os presos.

“Ao defendermos a humanização do sistema penitenciário não estamos abrindo mão do seu perfil punitivo”, afirmou o promotor de Justiça Edmundo Reis. Para a promotora de Justiça Andréa Ariadna Santos é necessário que o Estado brasileiro não seja omissivo diante dos problemas do sistema carcerário. “Precisamos dar ao cidadão a oportunidade de ser um agente transformador na sociedade em que vive”, afirmou.



[Notícia adaptada. Acesse-a clicando aqui.](#)  
[Fonte: MP/BA.](#)

# MP e PM discutem estratégias para coibir guerra de espadas em Cruz das Almas durante o período junino



Os promotores de Justiça André Lavigne, coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal (Caocrim), Luis Alberto Pereira, coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp) e Adriano Marques, que atua na comarca de Cruz das Almas, estiveram reunidos na quarta-feira, 16 de junho, com o comandante geral da Polícia Militar do Estado da Bahia, coronel Paulo José Reis de Azevedo Coutinho, para discutir estratégias de atuação conjunta contra a prática de guerra de espadas no Município. Na ocasião, ficou decidido que haverá um incremento do efetivo da Polícia Militar na região durante o São João e o São Pedro, intensificação das rondas e ações da polícia ostensiva, especialmente em locais onde a guerra de espadas se realiza na cidade. Os participantes ressaltaram a importância da atuação conjunta entre as instituições para coibir esse tipo de crime, cuja pena pode chegar a até seis anos de prisão. “Sob o manto da tradição, a prática de guerra de espadas ceifa a vida de pessoas, causa lesões e inúmeros danos aos patrimônios público e privado”, destacou o promotor de Justiça André Lavigne.

[Notícia adaptada. Fonte: MP/BA](#)

# Comitê interinstitucional contra violência letal a crianças e adolescentes retoma as atividades



Representantes de diversas instituições da rede de proteção à população infanto-juvenil participaram, no dia 17 de junho, de reunião virtual que retomou os trabalhos do Comitê Interinstitucional de Prevenção dos Homicídios de Crianças, Adolescentes e Jovens de Salvador. Ele foi criado em 2018, pelo Ministério Público estadual, e tem na sua composição 13 representações do poder público e da sociedade civil. A reunião contou com a participação da procuradora-geral de Justiça Norma Cavalcanti. "Nessa pandemia, a gente tem sempre usado a palavra esperança. Esse comitê é de suma importância para que a capital Salvador, e espero que isso se transforme ao interior, salve o maior número de crianças e adolescentes. A violência é uma tragédia humanitária, porque as pessoas não estão chegando nem aos 23 anos. Chegou a hora de movimentarmos o Comitê e estou muito feliz de abrir essa agenda. Que a gente possa salvar muitas vidas com esse trabalho", afirmou a PGJ.

Na reunião, os integrantes definiram a data de posse dos novos representantes do grupo gestor do Comitê para 2021-2024, agendada para o próximo dia 6 de julho, quando deverá ser debatido o plano de ação dos próximos três anos. O plano definirá as metas do Comitê para o período. O encontro contou com apresentação sobre o papel do Comitê pela chefe do escritório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) em Salvador, Helena Oliveira. Ela trouxe um mapa territorial da capital baiana, por bairros, com dados de homicídios contra crianças, adolescentes e jovens na cidade. Helena Oliveira destacou a importância do trabalho do Comitê para promoção de políticas públicas que almejem e tenham sucesso na redução das estatísticas. Entre as atribuições do Comitê, está apoiar a elaboração de propostas de políticas integradas de prevenção e redução da violência, colaborar nos encaminhamentos dos casos de forma mais efetiva e estimular a promoção de pesquisa sobre homicídios. No primeiro plano de ação, elaborado em 2018, entre as metas estabelecidas, estava executar um programa integrado de prevenção a homicídio em um dos bairros de maior incidência de violência letal contra adolescentes em Salvador.



O Ministério Público baiano é representado no comitê pelas promotoras de Justiça Verena Aguiar e Márcia Rabelo, coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente (Caoca). Os coordenadores do Centros de Apoio Operacional de Segurança Pública (Ceosp) e Criminal (Caocrim), promotores de Justiça Luís Alberto Pereira e André Lavigne, também atuarão acompanhando e dando apoio ao trabalho. Além do MP, fazem parte do Comitê o Estado da Bahia, o Município de Salvador, a Câmara de Vereadores de Salvador, Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa, Defensoria Pública do Estado da Bahia, Conselhos Estadual e Municipal de Salvador dos Direitos da Criança e do Adolescente, Unicef, Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca), Cipó Comunicação Interativa e Avante Educação e Mobilização Social.

[Continue lendo.](#)

[Notícia adaptada. Fonte: MP/BA.](#)



# Computadores, celulares e documentos são apreendidos pela Operação Panaceia



Computadores, pendrives, celulares e documentos foram apreendidos durante a deflagração da operação Panaceia, no dia 21 de junho. Todos os 12 mandados de busca e apreensão foram cumpridos. O material apreendido servirá como prova para a conclusão das investigações. O inquérito policial deve ser finalizado em 30 dias e depois enviado ao Ministério Público estadual, para ajuizamento da ação penal. Deflagrada pelo MP, Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), Polícia Civil e Receita Federal, a operação desarticulou grupo investigado por sonegar mais de R\$ 39 milhões, por meio da criação de empresas em nome de "laranjas". Conforme informações da Força-Tarefa responsável pela operação, o esquema de sonegação, que também envolveria lavagem de dinheiro, existia há pelo menos desde 2010, iniciando com a empresa Millenium Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda. A pedido da Força-Tarefa, a Justiça bloqueou R\$ 14 milhões do grupo. As informações foram prestadas durante coletiva virtual de imprensa, realizada nesta manhã.

O promotor de Justiça Cláudio Jenner, do Grupo Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal do MP (Gaesf), destacou o resultado positivo da operação para andamento das investigações, já que o material apreendido enrobustece o inquérito policial que subsidiará o MP para futuro oferecimento da denúncia contra os investigados. A investigação contou com a colaboração da Coordenadoria de Segurança Institucional e Inteligência (CSI) do MP. Jenner ressaltou também que esse tipo de operação, promovida por meio do trabalho do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), combate crimes que não podem ficar impunes, pois desviam recursos de políticas e serviços públicos essenciais à população.

Ele explicou que o grupo empresarial investigado criou uma série de empresas em nome de 'laranjas', depois sistematicamente abandonadas que iam deixando débitos fiscais. "Com o dinheiro sonegado, eram criadas novas empresas, e o esquema seguia", afirmou. A inspetora fazendária da Sefaz, Sheilla Meirelles, informou que a investigação teve início a partir da identificação de fraude iscal da Millenium Farma Distribuidora, notifica ao MP. As investigações foram seguindo o rastro societário das empresas em nomes de pessoas sem condições econômicas de ter a participação societária registrada. A delegada da Delegacia de Crime Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap), Márcia Pereira, destacou a quantidade significativa de documentos apreendidos, que agora serão analisados, e o auditor-fiscal da Receita Federal, Flávio Macário, afirmou que ele contribuirá para a identificação de rombos fiscais no âmbito federal.

A operação Panaceia é uma iniciativa da Força-Tarefa de Combate à Sonegação Fiscal, composta pelo Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal do MP (Gaesf); Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip), da Sefaz; Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor), da Polícia Civil da Bahia, da Secretaria de Segurança Pública (SSP), com a participação da Receita Federal.



# Proposta do Cisp Regional é apresentada em encontro regional sobre segurança pública



Os trabalhos desenvolvidos pelo Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social do Ministério Público do Estado da Bahia, por meio do Comitê Interinstitucional de Segurança Pública (Cisp), foram apresentados no dia 22 de junho, durante o Segundo Encontro Regional de Segurança Pública: Dados e Estratégias de Atuação – Sul. Realizado no formato de videoconferência pela plataforma Teams. O encontro, promovido pela Comissão do Sistema Prisional Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do Conselho Nacional do Ministério Público (CSP-CNMP), em parceria com os Ministérios Públicos da Bahia, do Rio de Janeiro e do Paraná, teve como palestrantes, representando o MP baiano, os promotores de Justiça Áviner Rocha Santos e Mônia Lopes de Souza Ghignone.

Coordenador estadual dos Cisp, o promotor Áviner Rocha Santos abordou a dificuldade em tratar da tutela difusa da segurança pública, ressaltando ser imprescindível que o promotor de Justiça atue de forma conjunta com os órgãos de segurança. “Não devemos atuar de forma automática, recebendo inquéritos policiais, diligenciando, denunciando ou arquivando”, afirmou. O promotor explicou como funciona o Cisp, que reúne os órgãos para discutir a segurança pública naquela comarca, inclusive com a participação da sociedade, com a finalidade de promover a articulação, harmonização e integração das ações voltadas para segurança pública e defesa social, sobretudo na atividade preventiva.



Responsável pela execução do projeto no município de Feira de Santana, a promotora de Justiça Mônia Lopes Ghignone apresentou aspectos como a composição do Cisp, a configuração dos trabalhos e os resultados práticos colhidos na sua comarca de atuação. Para a promotora de Justiça, o trabalho vem demonstrando que a tutela difusa de segurança pública, por meio do Comitê, tem se desenvolvido de forma articulada entre diversas instituições e representantes da sociedade civil. “O trabalho envolve temas transversais e assim nos permite atuar com uma maior efetividade diante de uma realidade tão complexa”, salientou a promotora. O encontro abordou ainda temas como atuação criminal por resultados, prisão provisória, além das iniciativas do CNMP na área de Segurança Pública. Também organizado pelo CNMP, acontecerá, nos próximos dias 24 e 25, também por videoconferência, o encontro técnico Segurança Pública: Desafio no século XXI. O evento também faz parte da parceria entre a CSP-CNMP com os Ministérios Públicos da Bahia, do Rio de Janeiro e do Paraná.

# Projeto desenvolvido no Conjunto Penal de Itabuna visa reintegração social de presos

*Lançado em 2020, o 'MP Educa Relere' possibilita redução da pena por meio de atividades educativas*



Um projeto desenvolvido no Conjunto Penal de Itabuna tem oferecido, desde o ano passado, a 30 detentos da unidade prisional a realização de atividades educativas que possibilita a redução de suas penas. Idealizado pela promotora de Justiça Cleide Ramos, o 'MP Educa Relere – Remição, Letramento e Reintegração' possui atualmente duas turmas, sendo uma feminina e outra masculina, com 15 participantes cada uma.

O objetivo é proporcionar por meio da leitura acesso a informações e discussões temáticas que possam contribuir para o processo reintegrador das pessoas encarceradas, fortalecer o processo educacional dos internos e estimular ganhos pessoais em termos de cidadania, educação em direitos humanos, feminismo e resolução pacífica de conflitos. O projeto é realizado em parceria com a Secretaria de Administração Penitenciária (Seap) e a empresa Socializa Soluções em Gestão; e tem o apoio institucional da Unidade de Monitoramento da Execução da Pena (Umep) e do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp) do MP; da Câmara Municipal, que cedeu uma servidora para a orientação pedagógica do projeto; e da direção do Conjunto Penal de Itabuna.

Segundo a promotora de Justiça, a cada 12 horas estudadas é abatido um dia da pena, e a cada livro lido, a pena reduz em quatro dias. Lançado em julho de 2020, o projeto tem trazido resultados. Desde janeiro deste ano, os participantes estão entregando resenhas escritas sobre os livros impressos. E, desde maio, eles começaram a utilização da biblioteca virtual dos dispositivos Kindle da Amazon. Os equipamentos foram doados, em sua maioria, pela própria idealizadora do projeto. Durante o uso do Kindle, as turmas são limitadas pela unidade prisional a 20 participantes, por conta da falta de espaço e recursos humanos para o acompanhamento monitorado dos presos. Eles participam de pontos de leitura monitorados semanalmente, em um total de 32 horas-aula de uso do Kindle por mês.

“Pretendemos prepará-los para a saída do sistema prisional e a construção de uma rede de solidariedade capaz de apoiar os egressos no retorno à sociedade com geração de emprego e renda lícitos. Trabalhamos com uma bibliografia cuidadosamente selecionada para envolver os participantes em discussões relacionadas à sua própria realidade”, destacou a promotora de Justiça. Ela ressaltou ainda que a participação do Ministério Público nesse projeto visa atender a função social institucional, seja através da escolha da metodologia que envolve técnicas de mediação de conflitos por meio da comunicação não violenta, como previsto na resolução do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) 118/2014, seja pelo seu potencial de indutor de políticas públicas capazes de promover justiça social através de ações menos burocráticas e mais orientadas para a defesa de direitos fundamentais, como previsto na Recomendação CNMP 54/2017.

[Continue lendo.](#)

# “Operação Dublê” cumpre mandados de prisão e buscas na Bahia e em São Paulo, além de afastar das funções uma delegada de Polícia Civil

O Ministério Público do Estado da Bahia, por meio do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), Grupo de Atuação Especial Operacional de Segurança Pública (GEOSP), Polícia Rodoviária Federal e Corregedoria da Polícia Civil - Correpol, deflagrou a “Operação Dublê”, na manhã da quarta-feira (07 de julho), na capital baiana e na cidade de São Paulo/SP. Foram cumpridos um mandado de prisão preventiva e cinco mandados de buscas e apreensões.

A operação apurou fortes indícios da existência de associação criminosa especializada na prática de delitos de furtos, roubos e clonagem de veículos, cujo líder mantinha relação próxima e duradoura com uma delegada de polícia. As investigações demonstraram que a delegada se utilizava das prerrogativas inerentes ao cargo e da influência que gozava na Polícia Civil para garantir a impunidade do grupo criminoso e facilitar a execução e proveito dos crimes. Ela chegou a forjar documentos e a introduzir uma pessoa ligada à quadrilha no ambiente da Polícia, acompanhando-a, como policial fosse, portando armas e auxiliando-a nas ações de favorecimento ao grupo criminoso.

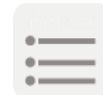
Com base nas provas apresentadas, foram deferidos pela 1ª Vara Especializada em Crimes Contra a Administração Pública da comarca de Salvador/BA o pedido de prisão preventiva do apontado chefe da súcia, os pedidos de buscas e apreensões em endereços residenciais e outras propriedades dos investigados. Também foi deferido o afastamento cautelar do exercício das funções públicas da delegada de polícia, pelo período de um ano, cumulado com proibição de acesso às dependências e aos sistemas da Polícia Civil, comunicação com outros agentes de segurança e utilização dos serviços da Secretaria de Segurança Pública.

Não haverá concessão de entrevista ou coletiva de imprensa por parte do MP da Bahia, neste momento, em respeito à Lei de Abuso de Autoridade.

[Notícia adaptada. Clique aqui para acessá-la. Fonte: MP/BA.](#)



# Geosp apresenta planejamento de trabalho à PGJ



Com a finalidade de apresentar o planejamento de trabalho para os próximos meses do novo Grupo de Atuação Especial Operacional de Segurança Pública (Geosp), aconteceu na terça-feira (06 de julho), uma reunião com representantes do grupo e a procuradora-geral de Justiça, Norma Cavalcanti, em seu gabinete, no Centro Administrativo da Bahia (CAB).

Participaram do encontro com a PGJ que estava acompanhada do seu chefe de gabinete, Pedro Maia, do coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), Luís Alberto Vasconcelos, da coordenadora do Geosp, Fernanda Presgrave Bruzdzensky, e dos promotores de Justiça, Luciano Santana Borges e Ana Carolina Campos Tavares, também integrantes do grupo. Na ocasião foi divulgado o cronograma de reuniões do Geosp que acontecerá com promotores do interior e capital.

## Sobre o GEOSP

O Geosp tem como prioridades exercer funções institucionais de controle externo da atividade policial, defesa social e tutela difusa da segurança pública e agora faz parte do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp). Instituído pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado da Bahia, o grupo foi formalizado em 11 de junho no Diário Oficial da Justiça. A atuação do grupo se restringirá aos casos de relevante complexidade, grande interesse social, abrangência territorial de mais de uma comarca, que demandem atuação despersonalizada do promotor de justiça, ou de evidente relevância institucional, que exija a utilização de instrumentos empregados na promoção e tutela coletiva de direitos fundamentais e de efetivação de políticas públicas.

O Geosp poderá atuar em todas as comarcas do estado em conjunto com o promotor de justiça natural, com a finalidade de assegurar a legalidade, regularidade e maior eficácia na área de segurança pública, podendo, inclusive, auxiliar na fiscalização e efetivação de políticas públicas da área. Ficará sob a competência do grupo manter intercâmbio com os órgãos de controle da atividade policial, sugerir a realização de cursos concernentes à área de atuação, colaborar com os poderes públicos, e praticar todos os atos próprios da atividade finalística do MP relativos à atribuição.



“O Geosp surge da necessidade urgente de uma atuação ministerial mais eficiente e resolutiva na seara do controle externo da atividade policial e tutela difusa do direito à segurança pública, tendo como principais desafios a consolidação de um banco de dados confiável, o diagnóstico preciso e enfrentamento coordenado dos problemas mais críticos registrados em todo o estado”, aponta o coordenador do Ceosp, Luís Alberto Vasconcelos.

O Grupo tem um perfil também voltado para o uso e a centralização de dados e diagnósticos a fim de aprimorar a segurança pública. Com as informações, é possível obter visão ampla do cenário estadual e identificar deficiências, para planejar ações, articulações e estratégias que garantam maior eficácia e resolutividade à atuação institucional.

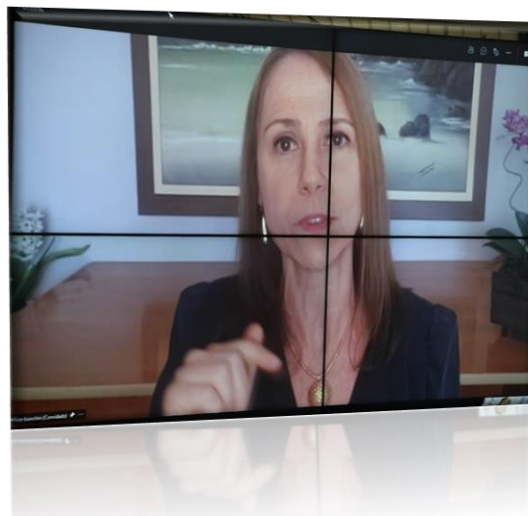
[Continue lendo.](#)

[Notícia adaptada. Clique aqui para acessá-la. Fonte: MP/BA.](#)



# Violência doméstica: cerca de 60% das mortes de mulheres acontecem dentro de casa

*Em palestra organizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público, advogada apresenta dados sobre violência doméstica e analisa legislação brasileira*



“A casa não é um lugar seguro para a mulher brasileira”. A avaliação é da advogada e professora Alice Bianchini, que palestrou hoje sobre o tema “Lei Maria da Penha em gênero, número e grau” no programa Em Pauta, realizado pela Unidade Nacional de Capacitação do Conselho Nacional do Ministério Público.

A conclusão da pesquisadora sobre violência contra a mulher está calçada em dados. Segundo Bianchini, o mapa da violência indica que, de todas as mulheres mortas em 2019, 90% foram vítimas dos parceiros ou ex-parceiros e quase 60% dos casos aconteceram dentro das próprias residências.

A palestra foi mediada pela conselheira do CNMP Fernanda Marinela, que preside a Unidade Nacional de Capacitação. “Este é um tema que vem preocupando a sociedade brasileira há muitos anos. Precisamos de políticas públicas, de debates e de medidas para que o enfrentamento da violência doméstica produza resultados positivos na sociedade brasileira. E, para que políticas sejam instituídas, precisamos de diagnóstico, de números sobre a realidade da violência doméstica no nosso país”, afirmou Marinela.

Um medida instituída recentemente ressaltada pela conselheira foi o Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida, elaborado com a participação do CNMP. Neste mês de abril, o Senado aprovou um projeto de lei tornando obrigatório o preenchimento do formulário no atendimento de vítimas de violência doméstica.

Segundo a convidada do programa Em Pauta, a primeira vez em que foram levantados dados sobre os casos de violência doméstica, no Brasil, foi em 1990. Atualmente, uma das metodologias empregadas no levantamento de informações é por meio de dados do sistema de informação de mortalidade, onde são analisados os números de mortes de pessoas do sexo feminino, avaliados quais foram por mortes violentas e feito um cálculo relacionado à quantidade de mulheres brasileiras. “De todos os países que usam a mesma metodologia, só quatro atingem índice maior que o Brasil. Somos o quinto país que mais mata mulheres no mundo”, afirmou Alice Bianchini.

## Legislação

No cenário da legislação nacional, Bianchini ressalta que a Lei Maria da Penha é considerada uma das três mais avançadas do mundo, mas existe uma lacuna entre a previsão legal e sua aplicação. “O momento da elaboração da lei [Maria da Penha] é nota dez, mas no momento de fazer a interpretação, que é feita pela doutrina, e a aplicação, que é feita pelo Poder Judiciário, e também no momento da execução, temos muitas questões controversas. Isso significa que não estamos nos entendendo na aplicação da lei”.

# Sancionada lei que determina a aplicação de formulário desenvolvido pelo CNMP para prevenir e enfrentar a violência doméstica contra a mulher

*Preenchimento do formulário consiste em responder a perguntas que permitem a classificação da gravidade de risco e a avaliação das condições físicas e emocionais da mulher.*



Foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) da quinta-feira, 6 de maio, [na seção 1, página 1, a Lei nº 14.149/2021](#), que institui o Formulário Nacional de Avaliação de Risco. O Formulário, desenvolvido conforme modelo aprovado por ato normativo conjunto do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), é destinado à prevenção e ao enfrentamento de crimes e de demais atos de violência doméstica e familiar praticados contra a mulher.

O conselheiro e presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF), Luciano Nunes Maia Freire, destaca: “A sociedade brasileira ganhou um importantíssimo instrumento legal que irá contribuir com a eficiência do sistema de justiça na persecução penal dos crimes praticados contra as mulheres. Quero registrar o fundamental apoio do presidente do CNMP, Augusto Aras, para essa conquista legislativa”. Ele lembrou ainda que será oferecida capacitação para uso da ferramenta: “Vamos ofertar um curso de capacitação a todos os gestores interessados na aplicação do formulário”.

De acordo com a nova Lei, o Formulário Nacional de Avaliação de Risco tem por objetivo identificar os fatores que indicam o risco de a mulher vir a sofrer qualquer forma de violência no âmbito das relações domésticas, para subsidiar a atuação dos órgãos de segurança pública, do Ministério Público, do Poder Judiciário e dos órgãos e das entidades da rede de proteção na gestão do risco identificado, devendo ser preservado, em qualquer hipótese, o sigilo das informações.

O Formulário deve ser preferencialmente aplicado pela Polícia Civil no momento de registro da ocorrência ou, em sua impossibilidade, pelo Ministério Público ou pelo Poder Judiciário, por ocasião do primeiro atendimento à mulher vítima de violência doméstica e familiar.

[Continue lendo.](#)

# Notícias Externas

---

CNJ, DEPEN e SSP





## Covid-19: vacinação em unidades de privação de liberdade é registrada em nove estados

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) já recebeu dados sobre vacinação de pessoas privadas de liberdade e de profissionais de nove estados. No sistema prisional, 29.549 servidores e servidoras tomaram a primeira dose da vacina (25,3% do total) e 533 já receberam as duas doses (0,46%). Já entre pessoas internas desses estabelecimentos, o número é menor: 1.702 tomaram a primeira dose da imunização (0,23%) e 244 as duas doses (0,03%). No caso do sistema socioeducativo, por enquanto apenas as equipes foram vacinadas contra a Covid-19, sendo que 9.988 receberam a primeira dose (39% do total) e 788 as duas (3,1%). Há registros de aplicação de vacinas no socioeducativo em seis estados.

Embora em sua maioria jovem, a população privada de liberdade é considerada “extremamente vulnerável” pelo [Plano de Vacinação do Governo Federal](#), que inclusive não recomenda a vacinação em etapas nesse caso. Isso ocorre em razão das condições das prisões brasileiras, com superlotação e proliferação de doenças infectocontagiosas, colocando o grupo no 17º lugar na ordem de prioridade. Essa posição independe de outros critérios que antecedem a prioridade da fila, como idade, comorbidades, etnia indígena ou deficiência. As equipes desses estabelecimento estão no 18º lugar na lista de prioridades, também de forma independente de outros critérios que antecedem a fila.

[Continue lendo.](#)

Fonte: CNJ

Marília Mundim  
Agência CNJ de Notícias.



Foto: G. Dettmar/AG.CNJ

## Comitês estaduais reforçam combate à Covid-19 em unidades de privação de liberdade



A necessidade de conectar atores-chave para monitorar, prevenir e mitigar os impactos da Covid-19 em estabelecimentos prisionais e do sistema socioeducativo vem mobilizando tribunais do país desde que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou a Recomendação 62 em março de 2020. Entre outras medidas, a norma induziu a criação de

comitês interinstitucionais de acompanhamento, com diretrizes atualizadas e complementadas pela Recomendação CNJ nº 91, de março de 2021.

O foco está na fiscalização das medidas adotadas pelo Poder Público para a proteção de direitos fundamentais de pessoas privadas de liberdade e no monitoramento da situação, a fim de subsidiar uma atuação articulada com base em evidências. Desde 2020, tribunais de 22 estados têm informado ao CNJ as atividades realizadas por seus comitês de acompanhamento, que subsidiam a publicação de boletins quinzenais com informações sobre casos e óbitos (inclusive de servidores), medidas de prevenção adotadas, dados sobre destinação de recursos e quanto à testagem e aplicação de vacinas.

[Continue lendo.](#)

Fonte: CNJ

Iuri Tôrres  
Agência CNJ de Notícias.





## Tribunal do Júri inova para seguir julgando crimes dolosos contra a vida em meio à pandemia

O primeiro ano da pandemia do [novo coronavírus \(Covid-19\)](#) reinventou o tribunal do júri – às vésperas de seu bicentenário -, ao modernizar uma das marcas do julgamento, que é tradicionalmente realizado de forma presencial. Impossibilitados de migrar os julgamentos de pessoas acusadas de homicídios e de tentativas de assassinato para o ambiente virtual, como ocorreu com os demais casos no Poder Judiciário durante a pandemia, tribunais e equipes da justiça criminal incorporaram o protocolo de cuidados sanitários do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e recorreram à tecnologia para ouvir réus e réas presas de dentro de penitenciárias e transmitir sessões de julgamento ao vivo pela internet.

[Continue lendo.](#)

Fonte: CNJ

Manuel Carlos Montenegro  
Agência CNJ de Notícias.

## Ministro Fux defende audiência de custódia por videoconferência em debate internacional



O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Luiz Fux, defendeu na sexta-feira (30/4) que as audiências de custódia possam ser desenvolvidas de maneira remota, por meio de videoconferência, enquanto durar a fase de calamidade pública, causada pelo alto índice de transmissão do vírus Sars Cov 2, responsável pela pandemia de Covid-19, que já vitimou 400 mil pessoas no Brasil, desde o ano passado. No dia 19 de abril, o Congresso Nacional vetou essa possibilidade.

Durante o lançamento da Rede de Altos Estudos em Audiência de Custódia, o presidente do CNJ reforçou a importância da edição da [Resolução CNJ n. 357](#), em 2020, que regulamentou a realização das audiências de custódia por videoconferência, de forma excepcional, e criticou a decisão do Congresso Nacional ao vetar essa possibilidade. “Sabemos que o contato direto tem sido o causador da proliferação da pandemia, de sorte que nós, que estamos entrando na era da Justiça digital, estamos aperfeiçoando essas audiências (de custódia) à luz da segurança e saúde de todos os juízes, servidores, e demais atores que colaboram com esse direito, que é uma garantia fundamental de todo preso”, afirmou o ministro Fux, sobre as audiências entre presos e juízes, durante o encontro virtual.

[Continue lendo.](#)

Notícia adaptada. Fonte: CNJ

Regina Bandeira  
Agência CNJ de Notícias

## Rede de Altos Estudos aprofunda e qualifica audiências de custódia, diz Fux

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lançou na sexta-feira (30/4) a etapa 2021 da Rede de Altos Estudos em Audiência de Custódia, que estará reunida em uma série de encontros até junho. Durante o evento online com a presença do presidente do CNJ, ministro Luiz Fux, representantes nacionais e internacionais reforçaram a necessidade de aprimoramento contínuo das audiências de custódia para que cumpra as funções previstas em normativos nacionais e internacionais.

O objetivo da rede é reunir magistradas e magistrados com foco na qualificação do instituto para discutirem abordagens técnicas de cinco publicações lançadas recentemente pelo CNJ. [Continue lendo.](#)



Notícia adaptada. Fonte: CNJ

Iuri Tôrres  
Agência CNJ de Notícias

## Regulamentada a remição de pena por estudo e leitura na prisão

Juízes e juízas de execução penal agora têm um regramento nacional para calcular quantos dias um preso pode reduzir da sua pena por meio da leitura. A Resolução aprovada pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na [330ª Sessão Ordinária, nessa terça-feira \(4/5\)](#), regulamenta a remição por estudo, um direito da população carcerária previsto desde 2011, quando a [Lei 7.210/84 \(Lei de Execução Penal\)](#) foi atualizada para passar a permitir que a educação do apenado – e não apenas o trabalho – também pudesse ser revertido em menos dias da condenação a cumprir. Agora o benefício concedido à leitura realizada no cárcere também será concedido com base em Resolução do CNJ.

A nova regulamentação atende a uma determinação do [Supremo Tribunal Federal \(STF\)](#) que, ao conceder em março *habeas corpus* a uma presa de Santa Catarina aprovada no Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), reconheceu o direito a remição por leitura, conforme a [Recomendação CNJ n. 44/2013](#) previu, e incumbiu o CNJ de regulamentar o tema.

De acordo com a nova resolução, serão consideradas para o cálculo da remição três tipos de atividades educacionais realizadas durante o período de encarceramento: educação regular (quando ocorre em escolas prisionais), práticas educativas não-escolares e leitura. Para fazer jus à antecipação da liberdade, a pessoa condenada terá de cumprir uma série de critérios estabelecidos pela norma do CNJ para cada uma das três modalidades de estudo.

[Continue lendo.](#)

[Clique aqui para acessar a notícia na íntegra. Fonte: CNJ.](#)

Manuel Carlos Montenegro  
Agência CNJ de Notícias



# Você sabia que o Depen divulga os dados estatísticos do sistema penitenciário brasileiro?

Brasília, 30/04/2021 - O Departamento Penitenciário Nacional é o criador do SISDEPEN, Sistema de Informações do Depen, a plataforma de estatísticas do sistema penitenciário brasileiro que sintetiza as informações sobre os estabelecimentos penais e a população carcerária. No site do órgão estão disponíveis os dados, que são enviados pelos gestores prisionais de todo o país, para acesso de todos que necessitem das informações, como especialistas da área, jornalistas, pesquisadores e quem mais interessar.

O Depen lançou o formato em painéis dinâmicos colaborando com a visualização das informações de forma mais prática e ágil, permitindo a análise comparativa de dados com maior facilidade.

No Sisdepen há dados como: quantitativo da população carcerária, faixa etária, gênero, déficit de vagas, além de informações criminais, de saúde, de trabalho, de educação e Monitoramento Eletrônico (UME), entre outros.

A compilação dessas informações serve de suporte para processos de aquisições, geração de dados de inteligência prisional, controle das assistências e outras medidas de atribuição do Depen e das secretarias de gestão prisional estaduais e distrital.

[Acesse o SISDEPEN aqui](#)

Fonte: [DEPEN](#)



# Depen participa de Operação Tempestade que combate a lavagem de dinheiro do tráfico de drogas

Brasília, 03/05/2021- O Departamento Penitenciário Nacional (Depen) participou, na segunda-feira (03), da Operação Tempestade, segunda fase da Operação Rei do Crime, deflagrada pela Polícia Federal (PF), que teve como objetivo desarticular núcleo financeiro responsável pela lavagem de dinheiro do tráfico de drogas e da corrupção. Desde início da Operação, o Depen participa das investigações articulando toda parte de levantamento de informações prisionais, dados de presos entre outras informações pertinentes ao sistema penitenciário.

A investigação possibilitou a identificação, localização e sequestro de valores no total aproximado de R\$ 30 milhões, reunidos em imóveis e veículos; além da interdição de 6 empresas; e do bloqueio de valores em contas das pessoas físicas e jurídicas no limite de R\$ 225 milhões de reais. Além do sequestro patrimonial e bloqueio de valores, foram cumpridos 4 mandados de prisão preventiva, 1 mandado de prisão temporária, impedimento judicial de 6 empresas, 22 mandados de busca e apreensão, distribuídos entre São Paulo, Tietê, Guarujá, Rio de Janeiro e Brasília, além da interdição de atividade de um contador. A investigação tramita na 6ª. Vara Criminal Federal de São Paulo.

A Operação Tempestade é mais uma resposta das forças de segurança contra as ações planejadas por facções criminosas no país, à medida em que isola as lideranças nas penitenciárias federais e tramita informações de inteligência para instrução de investigações criminais.

O Depen também atua na gestão das cinco penitenciárias federais e é o responsável pela gestão da inteligência penitenciária de todo sistema prisional brasileiro, em especial, do Sistema Penitenciário Federal.



*Serviço de Comunicação Social do Depen*

[Notícia Adaptada. Clique aqui para acessá-la.](#)  
Fonte: DEPEN



# Ministro Anderson Torres participa da última entrega de viaturas adquiridas pelo Depen para as Unidades Federativas



São Paulo, 04/05/2021- O Ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, participou do último ato de entrega de viaturas adquiridas pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen) para doação aos sistemas penitenciários do Brasil, em Guarulhos, São Paulo. Durante o ano de 2020, foram realizadas a distribuição de furgões e ônibus que propiciam aos servidores do sistema prisional melhores condições para o traslado de presos. Com as distribuições concluídas, todos os entes federativos terão recebido a doação de viaturas que custaram R\$ 106 milhões do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), gerido pelo Depen.

Além do MJSP, participaram do ato de entrega a Diretora-Geral do Depen, Tânia Fogaça, o Deputado Federal Capitão Augusto, o Deputada Federal Kátia Sastre, o Deputado Federal Capitão Guilherme Derrite, o Vice-Presidente do Conselho Nacional Dos Secretários de Estado Da Justiça, Direitos Humanos e Administração Penitenciária (Consej) e Secretário de Administração Penitenciária de Santa Catarina, Leandro Lima, o Secretário de Administração Penitenciária de São Paulo, Nivaldo Restivo, e o Diretor Comercial de Ônibus Da Iveco, Danilo Fetzner. Estiveram presentes também os Secretários de Administração Penitenciária ou representantes destes de todo o Brasil.

No total, o Depen adquiriu 298 furgões e 132 ônibus que atendem às resoluções do Conselho Nacional de Política Criminal e Segurança Pública (CNPCCP) e Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). Na sexta-feira (7/05), serão finalizadas as entregas para 19 Unidades Federativas e as 5 penitenciárias federais que, somadas, receberão 66 ônibus e 46 furgões. A distribuição das viaturas foi definida conforme o número de estabelecimentos penais, população carcerária e demanda indicada pelo estado ou DF.

Durante a cerimônia em São Paulo, com a presença dos secretários estaduais, o ministro Anderson Torres destacou a importância do fortalecimento do sistema penitenciário. “Isolar os presos é importantíssimo. Trabalhar a ressocialização é fundamental. Mas nós nunca resolveremos o problema da segurança pública se não atacarmos de frente os problemas do sistema penitenciário no Brasil”, afirmou. Anderson Torres reafirmou, ainda, que é compromisso do Governo Federal investir no sistema prisional. “Proporcionar meios aos policiais é o que realmente nos cabe enquanto administração”.

A Diretora-Geral do Depen, Tânia Fogaça, reforçou que o investimento em Segurança Pública e o combate ao crime organizado passa pela estruturação plena do sistema penitenciário brasileiro, inclusive com a potencialização do Sistema Penitenciário Federal “Dessa forma, com um sistema bem estruturado, com as lideranças criminosas isoladas, poderemos, certamente, avançar no combate à ação de facções criminosas em nosso país.”, disse ela.

[Continue lendo. Notícia Adaptada. Fonte: DEPEN.](#)

*Serviço de Comunicação Social do Depen*

# SSP lança serviço que permitirá devolução de celulares apreendidos



Sistema possibilitará uma devolução mais rápida de aparelhos roubados

Dificultar a revenda de aparelhos furtados e roubados e facilitar a devolução dos itens subtraídos em ações criminosas. Esses são os destaques do Alerta Celular, sistema disponibilizado pela Secretaria da Segurança Pública, a partir do dia 11 de maio, para a população baiana.

Ao acessar o site [alertacelular.ssp.ba.gov.br](http://alertacelular.ssp.ba.gov.br) e fazer o cadastro do IMEI - número que identifica o aparelho, o proprietário vincula o equipamento ao seus dados. O IMEI consta na nota fiscal, na embalagem original do bem e pode ser consultado discando \*#06# do próprio aparelho. Com o cadastro realizado, caso o celular seja alvo de criminosos, o proprietário pode entrar no site e ativar o alerta.

Após esse passo, a vítima deve registrar o boletim de ocorrência na Delegacia Digital (nos casos de crimes sem violência física) ou em qualquer unidade da Polícia Civil e aguardar. O proprietário tem 48 horas para, após acionar o sistema de alerta no site, registrar o BO. Caso não conclua esse processo, o alerta é cancelado.

O Alerta Celular permite que, nas abordagens, policiais consigam consultar o banco de dados e verificar se o item apreendido ou em análise está cadastrado na página como fruto de roubo ou furto. Confirmado de que se trata de um equipamento de origem ilícita, ele é apreendido, encaminhado à Delegacia e, com base nos dados cadastrados no site, o dono é acionado através do e-mail cadastrado e o aparelho é devolvido.



Imagem: Alberto Maraux

“O grande objetivo do sistema é facilitar a identificação de smartphones que são oriundos de crimes, interromper o ciclo da receptação. A polícia sabendo a origem ilícita do aparelho, fica muito mais fácil responsabilizar quem alimenta esse tipo de comércio ilegal”, afirmou o secretário da SSP, Ricardo Mandarinho.

Ele acredita que o site também vai influenciar na redução de roubos em ônibus, já que o principal alvo dessas ações são os aparelhos dos passageiros. “Esse é será um grande plus nas ações que já realizamos diariamente no combate a assaltos a ônibus, porque o real interesse dos bandidos que cometem esse crime é o celular”, explicou.

A novidade também vai permitir a criação de estatísticas sobre furto e roubo de aparelhos, bem como de índices de recuperação dos equipamentos.

[Continue lendo.](#)

Notícia adaptada. Fonte: SSP/BA.  
Ascom: Kelly Hosana

## SSP elabora termo de referência sobre câmeras corporais

A Secretaria da Segurança Pública elabora um Termo de Referência para possível uso de câmeras corporais acopladas em fardas de policiais militares, civis e bombeiros do estado. A tecnologia já foi testada pela pasta em eventos de grande porte, em 2018 e 2020, e poderá dar suporte em operações, investigações e ações de salvamento e resgate.

O Grupo de Trabalho formado por integrantes das forças de segurança voltará a se reunir na sexta-feira, 28 de maio, para analisar os dados. A iniciativa visa resguardar e tornar transparente as ações dos integrantes da segurança pública no dia a dia com a sociedade.

A elaboração do termo vai permitir analisar as especificações da tecnologia para dar início a uma consulta de mercado, proposta de valores e fase de licitação para o projeto piloto que poderá ser expandido para toda a Bahia. “Já visitamos a tecnologia usada em outros estados. Estamos levantando os valores de referência para dar seguimento ao processo”, contou o titular da Superintendência de Gestão Tecnológica da Pasta (SGTO) da pasta, coronel Marcos Oliveira.

De acordo com o superintendente, a tecnologia poderá ser utilizada em iniciativas e ações ostensivas de repressão à criminalidade, investigações da PC, resgates e combate a incêndios. “São três usos diferentes para essas câmeras. Além de ser meio de prova da atividade policial, a tecnologia poderá dar suporte em tempo real. Imagine o bombeiro entrando em uma ocorrência podendo gravar e ser orientado por uma equipe externa”, exemplificou o oficial.

[Notícia adaptada. Fonte: SSP/BA.](#)  
Marcia Santana







# Expediente

índice

Procuradora-Geral de Justiça  
Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti

CEOSP  
Coordenador  
Luís Alberto Vasconcelos Pereira

Equipe  
Adoniza do Nascimento Dias Gomes – Analista Técnico – Assistente Social  
Daniele Viana Silva Santos – Estagiária de Serviço Social  
Henilda Amaral de Melo – Oficial Administrativo  
Juliane Lisboa Bispo – Estagiária de Serviço Social  
Kadija Teles Borges – Estagiária de Administração  
Pablo Victor Araújo Costa – Assessor Técnico – Jurídico  
Roberto Catai Ferreira Junior – Assistente Técnico - Administrativo  
Sandra Maria Brito Silva – Analista Técnico – Assistente Social

 ceosp@mpba.mp.br  
 71 3103-0381  
 71 3103-0382  
 71 3103-0383